

Globalização Financeira e Capital-Dinheiro

Luis Estenssoro

O termo globalização tem um significado controverso, por vezes ideológico, mas aqui o utilizamos como representando uma nova configuração do capitalismo, caracterizada pela desregulamentação e liberalização do comércio internacional, dos investimentos produtivos diretos e dos fluxos financeiros, confluindo para a internacionalização da produção, da circulação e do consumo. Esta configuração do sistema econômico coloca-se, historicamente, dentro de um processo de mundialização que remonta às cruzadas, passa pelos descobrimentos, conquista, colonização, imperialismo, transnacionalização de empresas, internacionalização dos mercados, principalmente os financeiros, e, agora, culmina com a formação de um espaço econômico, político, estratégico, informacional e tecnológico cada vez mais integrado e global. Este cenário é organizado pelas corporações transnacionais e pelas organizações multilaterais, que estruturam os processos de dominação política e apropriação econômica que caracterizam a globalização. (Ver: Ianni, 1995; Gonçalves, 1999).

Ora, existe uma interdependência entre a Ordem Econômica Internacional e este modo de desenvolvimento capitalista. Segundo Furtado (1987), do modo de desenvolvimento do capitalismo atual resulta o “duplo processo de concentração de renda”: primeiro, em benefício dos países centrais, e, em segundo lugar, em favor das classes dominantes dentro de cada país. A Ordem Econômica Internacional que se estrutura a partir deste modo de desenvolvimento, ao fazer “a prosperidade das empresas transnacionais, aprofunda as desigualdades regionais e agrava as injustiças sociais nos países de baixo nível de acumulação”. Conseqüentemente, falar na Ordem Econômica Internacional é “colocar simultaneamente o problema da estrutura de poder em escala mundial e o das formas de organização sócio-econômica” no planeta. Isto é, coloca-se no centro do debate o tema da falência do Sistema Internacional resultante de Bretton Woods, e o tema da crise do capitalismo na Era da Globalização.

A reorganização do Sistema Internacional após a queda do Muro de Berlin e do Sistema Soviético está ligada à forma como o capitalismo se desenvolve nesta fase globalizada; apóia-se, portanto, na manutenção do duplo processo de concentração de renda. Neste sentido, podemos dizer que a globalização não significa a universalização do bem-estar material, mas a reestruturação da Ordem Econômica Internacional segundo os imperativos da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica e das novas formas de organização da produção e do trabalho, processo que generaliza os contrastes entre a riqueza e a pobreza.

Neste contexto, as diferentes velocidades de ajustamento e reestruturação setorial das economias nacionais derivam de movimentos do investimento direto externo, dinamizado pelos mercados financeiros integrados globalmente, bem como de fluxos comerciais internacionais, facilitados ou não pela filiação a blocos geoeconômicos regionais, muito mais do que do poder de decisão (decrecente) dos Estados Nacionais, que perdem eficácia na sua função de planejar, regular, investir e financiar estratégias de desenvolvimento nacional. Ocorre um aprofundamento das assimetrias entre as nações ricas e pobres do planeta, em função das incomparáveis vantagens acumuladas e realimentadas pelo centro capitalista, e, simultaneamente, forma-se uma crescente desigualdade na distribuição de renda mundial entre as classes sociais, fato que os Estados Nacionais não mais conseguem confrontar com seus mecanismos tradicionais. Nisto consiste a crise do capitalismo.

Conforme pesquisamos em outra oportunidade (Estenssoro, 2003), a crise capitalista que se dá em três níveis: 1) *crise do modelo neoliberal de crescimento econômico* (Salama e Valier, 1997; Salama, 1998); 2) *crise do padrão de acumulação dependente* (Fernandes, 1973; Ianni, 1988); e 3) *crise do modo de produção capitalista* (Marx, 1972; Chesnais, 1998). Pode-se falar também da existência de uma *gestão capitalista da crise* comandada pelas instituições econômicas internacionais¹, pelos grandes conglomerados transnacionais² e pelo sistema financeiro internacionalizado³, que são responsáveis pela crescente transnacionalização do processo decisório, tanto econômico quanto político (Sunkel, 1987; Furtado, 1987).

Essas forças econômicas da globalização reduzem e até anulam a capacidade dos Estados Nacionais de se contraporem aos mercados em nome dos direitos sociais do cidadão, criando o que se chamou de *regimes globalitários* (Ramonet, 1997), onde não se admite outra política econômica que não seja subordinada à razão competitiva, dado o acirramento da concorrência internacional, e onde os mercados financeiros têm a direção das sociedades, no que já se chamou de *regime de acumulação mundializado sob dominância financeira* (Chesnais, 1998: 21-53). Segundo Chesnais, este regime de acumulação está estruturado como “totalidade sistêmica mundial ao mesmo tempo diferenciada e fortemente hierarquizada”, tendo como contraponto a “convergência para o centro das contradições” (Estados Unidos), e como característica primordial o “domínio do capital financeiro e sua reprodução na forma dinheiro” ($D \rightarrow D'$).

Vejam melhor este ponto. Na teoria da acumulação de Marx, com uma quantidade inicial de dinheiro (D) um capitalista compra mercadorias (M), constituídas por bens de produção (capital constante - C) e força de trabalho (capital variável - V), que se transformam durante o processo de produção em produtos e novas mercadorias (M'). Ao serem vendidas no mercado, estas mercadorias retornam à sua forma de dinheiro (D'), sendo que D' é maior que D ($D' > D$), graças ao lucro (P) que é, fundamentalmente, a mais-valia obtida pelos capitalistas na realização do capital. A taxa de mais-valia é P/V . A taxa de lucro é $P/(C+V)$. A composição orgânica do capital é expressa pela fórmula C/V . Assim, o “capital-dinheiro” (D) transforma-se em capital-mercadoria (meios de produção e força de trabalho - M), o qual se transforma, durante o processo de produção, em mercadorias (M') que, por sua vez, ao realizarem o ciclo do capital, voltam a ser “capital-dinheiro” ($D' = C+V+P$). O circuito do capital é então: $D \rightarrow M \rightarrow M' \rightarrow D'$. A realização do capital se dá, portanto, quando o capitalista vende M'. (Miglioli, 1982: 77-96; Estenssoro, 2003: 44-52; Marx, 1982).

Ora, no *padrão de acumulação sob hegemonia financeira* os ganhos de produtividade são apropriados pelo capital financeiro mesmo se as taxas de crescimento dos outros setores forem baixas. Nesta *globalização financeira*, a “autonomia relativa”

¹ Na Conferência de Bretton Woods (1944) estabeleceram-se as bases da ordem econômica internacional do pós-guerra, criando-se o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD). A Organização Mundial do Comércio (OMC) surge apenas em 1995, como sucessora qualitativamente superior do GATT (acordo comercial criado em 1944).

² Para estimar a força desses conglomerados podemos dizer que, em 2001, a região da América Latina e do Caribe tinha um PIB de US\$ 2 trilhões, equivalente à dimensão de apenas 14 grandes corporações transnacionais naquele ano; em 2000, o PIB do Mercosul de US\$ 900,89 bilhões equivalia ao faturamento das 5 maiores empresas transnacionais daquele ano (Exxon Mobil, Wal-Mart, General Motors, Ford, Daimler Chrysler). Fortune, “Global 500”, <http://www.fortune.com>; Banco Mundial, <http://www.worldbank.org/data/>

³ Nesta época da globalização, o crescimento dos mercados financeiros é excepcional: o mercado de derivativos, por exemplo, passou de US\$ 1,6 trilhão, em 1987, para US\$ 10 trilhões em 1993, sendo que em 1998 já era de US\$ 70 trilhões e, em 2002, chegou a US\$ 128 trilhões. Coggiola, Osvaldo “A Crise Estrutural do Capital” (in: Coggiola, 1998), p. 342; The Economist, 13 de março de 2003.

dos mercados financeiros decorre do grande diferencial da taxa de crescimento destes em relação à dos investimentos produtivos (Chesnais, 1996: 261; Marx, 1982). Este crescimento exponencial causa também instabilidades no sistema financeiro. Trata-se do *risco sistêmico* decorrente da existência de um mercado financeiro internacionalizado.

Analisemos primeiro a questão da “autonomia relativa” do *poder financeiro*. Originalmente, a independência relativa do capital financeiro em relação ao capital produtivo está compreendida na própria constituição do “capital a juros” como parte do capital total, juntamente com o capital comercial e o capital industrial. O capital a juros, enquanto unidade do processo de produção e do processo de circulação, pode ser vendido, ele mesmo, como fonte de lucro. Segundo Marx, “o tempo de retorno [de um investimento produtivo] depende do processo real de produção; no capital a juros, seu retorno como capital *parece* depender da mera convenção entre os emprestadores e os tomadores”. Mas, o fato de *parecer* que o capital financeiro “não se priva de sua forma dinheiro, não significa que, na realidade, resulte inequivocamente dos retornos reais do processo de produção”. O juro, que representa o *valor da mera propriedade do capital*, transforma o “dinheiro *em si*” (soma de valor) em *propriedade do capital*, e, portanto, em *mercadoria* ou “dinheiro *para si*”, isto é, em *valor que valoriza a si mesmo*, na medida em que é emprestado ao capitalista industrial. Este, ao explorar a força de trabalho, extrai mais-valia suficiente para pagar os juros e ter lucro, ele mesmo. “O emprestador vende ao capitalista industrial seu dinheiro como coisa extratora de juros. Sendo valor que se conserva a si mesmo, pode o capitalista industrial devolvê-lo depois de um prazo livremente contratado. Já que, anualmente, cria determinada mais-valia, juros, ou melhor, aumenta de valor em qualquer período, pode também pagar essa mais-valia ao emprestador; cada ano ou depois de qualquer outro prazo combinado.” (Marx, 1982: 193-194). Portanto, temos que o banqueiro tem a propriedade jurídica do capital, e o capitalista industrial detém os meios de produção ou propriedade econômica do capital.

Disto decorre que o capital financeiro pode ter a mesma função que a terra, na medida em que esta possibilita captar uma parte da mais-valia. Mas, ao contrário da terra ou da indústria, o capital financeiro representa a transformação da propriedade do “dinheiro em si” (soma de valor) em propriedade do “capital” (“potência econômica da sociedade burguesa”), isto é, em *valor que se valoriza a si mesmo*, em “dinheiro para si” (mercadoria). Daí a sua “autonomia relativa” enquanto força econômica e social.

Como vimos, Marx afirma que, no desenvolvimento do capital, parte-se de uma forma $D \rightarrow M \rightarrow M' \rightarrow D'$ (significando a metamorfose do dinheiro em fatores de produção, depois em mercadoria e, posteriormente, em dinheiro acrescido de lucro, após a sua realização no mercado), para chegar a uma forma $D \rightarrow D'$ (isto é, “dinheiro-mercadoria” gerando, na sua forma “capital-dinheiro”, juros sobre o montante inicial), que nada mais é do que o resultado da primeira. Porém, diz Marx, “agora encontramos $D \rightarrow D'$ como sujeito”, na medida em que “a mais-valia produzida por ele [dinheiro], o mais-dinheiro, em que se transforma ou é, aparece como taxa determinada, medida pela massa da própria soma de dinheiro” (Marx, 1982: 196-197). O capital financeiro adquire assim uma personalidade própria, passa a ser um *sujeito social*.

Dito de outra forma: a taxa de juros de X% é um dado de realidade para toda a sociedade, o que torna a acumulação de “capital-dinheiro” *sujeito* no processo de valorização do capital. Essa autonomia que adquire um segmento de classe, o conjunto de banqueiros, o capital financeiro, impõe-se a toda a sociedade como uma *condição objetiva incontornável* a todos os agentes econômicos. Mais ainda, desempenha-se como um *sujeito* que pode comandar, impor, controlar. Configura-se, portanto, como um *poder social* sobre muitos mecanismos econômicos da economia capitalista. Esta é,

sem dúvida, a origem do crescimento e fortalecimento do “capital de juros” em todo o planeta.

Contemporaneamente, a “autonomia relativa” do capital financeiro assume outra dimensão. Trata-se de um desenvolvimento que transforma a sua relativa independência em um fenômeno que compromete o sistema econômico: surge um *risco sistêmico*. Este tem seu epicentro na massa de recursos financeiros dos mercados que não se submetem a controles governamentais, principalmente depois do aparecimento do chamado “euromercado”.

Viabilizado pelo déficit norte-americano, a criação e crescimento do “euromercado” foi a principal origem do mercado financeiro fora do alcance das regulamentações governamentais. Este mercado internacional foi alimentado pelos “petrodólares” e por todo tipo de divisas não-regulamentadas, ou mesmo ilegais (“narcodólares”), e logo se tornou fonte de divisas para os países do Terceiro Mundo, que assim constituíram sua dívida externa. Posteriormente, a securitização (titularização) dos ativos destas dívidas públicas realimentou o mercado financeiro internacional. Igualmente, a desregulamentação e descompartimentação dos mercados financeiros nacionais, bem como a existência de praças *offshore*, proporcionaram, à maioria das corporações que se internacionalizavam, bem como aos bancos multinacionais, a possibilidade de realização de operações financeiras num *mercado de capitais internacionalmente integrados*. Criou-se, portanto, um verdadeiro *sistema financeiro global privado*, que permitiu ao capital movimentar-se por todo o globo livremente.

Segundo Andreff, entre 1970 e 1990, o volume das divisas em bancos multinacionais multiplicou-se por 12 (doze), seus créditos internacionais por 32 (trinta e dois), e seus depósitos transnacionais por 23 (vinte e três). O tamanho dos mercados financeiros internacionais era estimado por este autor em US\$ 43 trilhões em 1992; hoje este montante deve ser muito maior devido aos novos produtos financeiros e “derivativos” de vários tipos, produtos estes que “suplantaram os xenomercados tradicionais”, tais como o “euromercado”. Com tudo isto, os movimentos de capitais “tornam-se amplamente autônomos em relação ao financiamento da produção e das trocas” (Andreff, 2000: 112-118), ocasionando uma instabilidade inerente ao sistema assim configurado.

Muito bem, o *risco sistêmico* aparece concretamente no mercado financeiro quando há uma valorização de títulos pré-existentes sem nenhuma conexão com o valor intrínseco dos ativos. O incremento das transações que são replicadas em mercados alavancados com instrumentos de margem (isto é, que não exigem integralização do capital que se aposta), como são os mercados de opções, futuro e “derivativos”, provocou uma multiplicação de transações financeiras que, aliada à velocidade que a telemática traz às mesas de operação, criou a possibilidade de aumento exponencial do capital envolvido neste mercado financeiro. Estes fatos permitem que o mercado financeiro se “descole” do setor produtivo em momentos que são chamados de “bolhas”, como foi, por exemplo, a “bolha” das empresas de informática nos Estados Unidos (Nasdaq, março de 2000), que atingiu o mundo todo. Esse “descolamento” representa uma multiplicação de meios de pagamento (dinheiro, crédito e títulos) que não têm contrapartida na criação de valor na economia produtiva, no aumento da produtividade, ou mesmo no crescimento econômico baseado em bens e serviços. Neste sentido, trata-se de uma “riqueza virtual” que, contudo, gera demanda, o que a faz bastante concreta.

Estamos cientes da crítica que Marx endereça ao “socialismo vulgar” (anarquismo ou socialismo libertário) de Proudhon, acusando-o de, na sua crítica ao

capital de juros, “apenas insistir no desenvolvimento do crédito burguês”, uma vez que critica a “irracionalidade” do capital financeiro, e não ataca o cerne da questão. Na verdade, vamos por outra direção: o “descolamento” ao qual aludimos é uma análise referente ao aumento da “razão de juros” (taxa de juros) durante a fase de globalização da economia, viabilizada pelo aumento do preço das ações em bolsa de valores e pelo crescimento exponencial do mercado financeiro. Isto causa uma inflação de ativos que possibilita à “taxa de juros” emancipar-se da “taxa de lucro médio de longo prazo” dos investimentos produtivos, “descolando” o mercado financeiro da esfera produtiva. Para termos uma dimensão do fenômeno, estima-se que este capital financeiro global cresça a uma taxa de 15% ao ano, superando o desempenho do PIB e da acumulação de ativos fixos (Lacerda, 2002).

Ora, não somente ocorre um enriquecimento real acelerado dos agentes econômicos detentores de moeda, crédito, títulos e produtos derivados, como também é clara a inflação de ativos em nível internacional, dando lugar a um “descolamento” da esfera financeira com relação à esfera produtiva. Ou seja, se há um aumento da “razão geral de juros”, é sinal que há mais demanda de dinheiro do que oferta de dinheiro, na sua forma de mercadoria, na sua forma de capital de juros “emprestável”. É sabido que uma oferta maior que a demanda gera inflação, portanto estamos diante de uma inflação mundial. Com a inflação mundial (da qual as “bolhas” são um sintoma), a “taxa de juros”, como dissemos, deixa de corresponder à “taxa de lucro médio de longo prazo” dos investimentos produtivos, que é o parâmetro da lucratividade do capital, ocasionando o “descolamento” ao qual nos referimos. Além disso, esta inflação de ativos está também em função da “sucção de capitais” das esferas produtiva e comercial para a esfera financeira (Chesnais, 1996).

Contudo, esta tendência inflacionária mundial foi atenuada recentemente devido ao aumento da oferta mundial de força de trabalho, graças à entrada dos trabalhadores da China, URSS e Índia no mercado capitalista. Isto permitiu que o preço de produção de produtos intermediários e de baixa tecnologia declinasse consideravelmente, devido aos baixos salários desta massa de trabalhadores. Conseqüentemente, os produtos produzidos e exportados para os países centrais baratearam o custo de vida de vários países, aumentando o poder de compra dos trabalhadores, principalmente na OCDE. Com isto pôde-se manter ou até reduzir o nível dos salários nos países centrais. Além disso, o próprio acirramento da competição internacional globalizada reduziu os preços dos produtos de maneira geral. Os efeitos desta situação são os seguintes: em primeiro lugar, a redução do preço dos produtos intensivos em trabalho; em segundo lugar, a redução da taxa real dos salários (e do poder de barganha dos trabalhadores, que se refletiu no enfraquecimento dos sindicatos); por último, o aumento do retorno real do capital, isto é, aumento do lucro dos capitalistas, via maior extração da mais-valia. Este último fenômeno é evidente, pois, como sabemos, o aumento da mais-valia relativa se dá pela redução do preço dos bens-salário, ou seja, pelo barateamento do preço dos bens que o trabalhador consome com seu salário. Conseqüentemente, derivado deste estado de coisas, aconteceu no cenário contemporâneo internacional um aumento da participação dos lucros na renda nacional, na maioria dos países, e uma diminuição na mesma da parcela relativa aos salários. Tudo isto num cenário de inflação controlada e taxa de juros moderada. Entretanto, a pressão sobre os preços é ainda sentida nas “bolhas” existentes, principalmente no mercado imobiliário⁴.

⁴ The Economist, *Survey: China*. The Economist, Londres, 23 Mar 2006; The Economist, *Survey: World Economy*. The Economist, Londres, 14 Set 2006.

Retomando o fio da meada: sabemos que ambos, “capital-dinheiro” e capital produtivo, são o *mesmo* capital, juntamente com o capital comercial. Os três são subdivisões do mesmo capital. O mesmo capital aplicado em ramos diferentes da economia, inclusive com interconexões e interdependências claras e consistentes. Não têm base na realidade, portanto, as afirmações de que este *sistema financeiro privado globalizado* seria “irracional” ou “anárquico” ou mesmo que estaríamos diante de uma “economia de cassino”. Se observarmos com atenção, veremos que a lógica e a estrutura deste mercado internacional repousam sobre os produtos financeiros (“dinheiro-mercadoria”) que têm a sua valorização garantida por meio de três processos:

a) Busca constante de rentabilidade por meio da mobilidade, flexibilidade e liquidez do “capital emprestável”, conquistada pela multiplicação e diversificação dos instrumentos e produtos financeiros;

b) Existência de “lucros financeiros” decorrentes da variação do valor relativo do preço dos produtos financeiros, seja entre os diferentes mercados ou entre as diversas moedas ou mesmo pela variação do preço das ações, etc.; e, principalmente:

c) Existência de um “lucro adicional” ou “superlucro”, que revela, ante tudo, a valorização deste “capital-dinheiro” derivada da inflação de ativos *gerada pelo aumento da composição orgânica do capital (C/V)*. Ou seja, o capital constante (C - ativos imobilizados) fica maximizado diante do capital variável (V - força de trabalho), em decorrência do achatamento dos custos de mão-de-obra com relação aos lucros crescentes e astronômicos dos agentes financeiros.

Portanto, as empresas financeiras nesta fase de globalização constituem um setor que tem “superlucros” na sua atividade econômica. Não poderia ser de outra forma, pois dado que a “taxa de lucro” é o lucro (P) sobre o capital constante e sobre capital variável (C+V), o cálculo da “taxa de lucro” ($P/(C+V)$) revela uma rentabilidade extraordinária. Trata-se, igualmente, de um setor no qual a “taxa de mais-valia” (P/V) é altíssima. Este processo de criação de mais-valia é magnificado na medida em que ocorrem transferências das esferas produtiva e comercial em direção ao mercado financeiro. Em suma: se, por um lado, a comparação entre preços de mercado com os custos de produção aponta para um “lucro adicional” do setor financeiro, um “superlucro”, por outro lado, concomitantemente, ocorre o “descolamento” do mercado financeiro da esfera produtiva da economia.

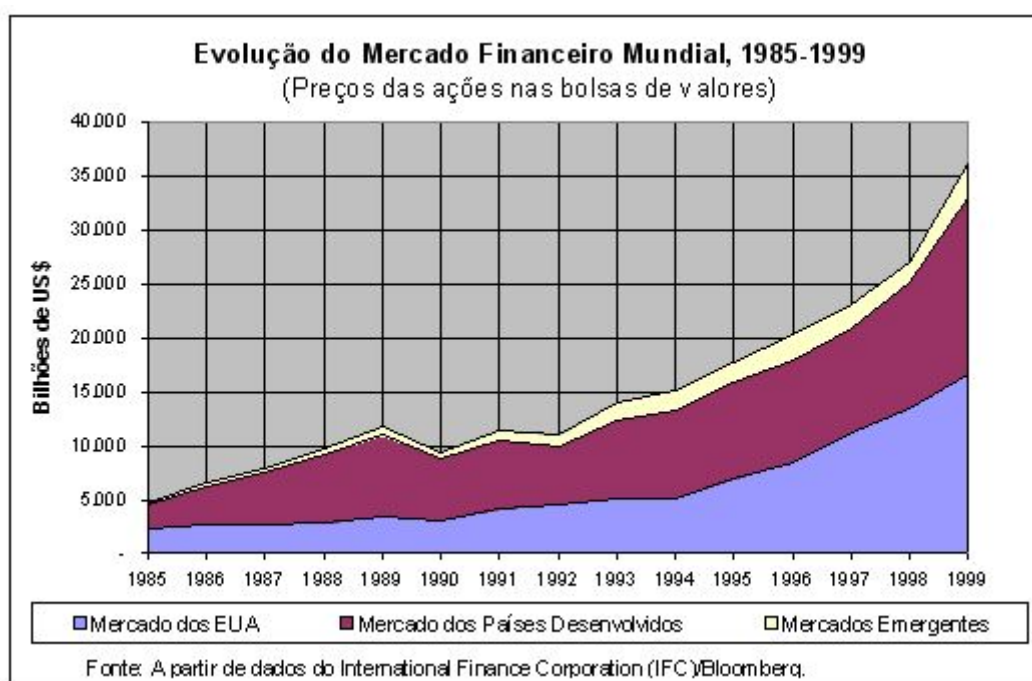
Vimos que a emancipação do capital financeiro em relação ao capital produtivo ($D \rightarrow M \rightarrow M' \rightarrow D'$ passa a ser $D \rightarrow D'$) é um fenômeno que pode ser observado na independência que adquire a “taxa de juros” em relação à “taxa de lucro médio”. Sendo assim, o “capital-dinheiro” agora se torna central no processo de acumulação de capital, e mais, ganha volume a cada dia que passa. Conseqüentemente, podemos afirmar que a valorização do “capital-dinheiro” na esfera financeira ($D \rightarrow D'$), sem passar por nenhuma intermediação na indústria ou no comércio, *decorre da lógica intrínseca da acumulação de capital no sistema capitalista em sua fase de globalização financeira*. Não se pode falar em irracionalidade nem em anarquia do sistema financeiro.

Estes processos que acabamos de descrever estão na origem da *financeirização do sistema econômico* e da *instabilidade sistêmica* em função da abundância de capitais especulativos, o chamado “capital rentista”. Se, por um lado, esse sistema permite que a tecnologia e a invenção caminhem a passos largos, pois as transferências de capital acabam por financiar empresas de setores emergentes e de tecnologia de ponta, por outro lado, trata-se de um *risco sistêmico* muito grande e de difícil regulação. Óbvio, pois o sistema econômico, ao conceder uma “autonomia relativa” para o “capital-dinheiro”, torna-se vulnerável, fragilizado e refém da volatilidade do capital, cuja tendência pró-cíclica aumenta a dimensão das crises e penaliza os países da periferia.

Basta analisar as crises financeiras do México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998), Brasil (1999), Turquia (2000), Argentina (2001) e Venezuela (2002). Pior: não há dúvida que o crescimento do mercado financeiro representa o empobrecimento de todos aqueles que não estão jogando neste alucinado sistema financeiro, pois a concentração de capital, títulos de dívidas e ações de empresas é crescente e restrita a cada vez menos pessoas ou grupos sociais, gerando uma extrema desigualdade na distribuição de renda e riqueza mundial (afinal ações são títulos de propriedade e que comandam valor).

O circuito financeiro que surge desta lógica não tem lastro com a economia real, pois supera várias vezes a riqueza do sistema produtivo. O *risco sistêmico* de eventuais crises no sistema capitalista é, portanto, extremamente alto. Fica igualmente claro que este *sistema financeiro global privado* não tem compromisso com critérios aceitáveis de equidade social. No gráfico abaixo podemos acompanhar a evolução do mercado de ações no mundo, de 1985 a 1999, evidenciando o seu crescimento exponencial e sua extrema concentração nos países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos.

GRÁFICO 1



Diante desta realidade de multiplicação de ativos em dimensões astronômicas, aliada a processos como os de concentração de capital (crescimento pelo reinvestimento dos lucros) e centralização do capital (crescimento pelo aumento da escala de produção, decorrente da fusão de capitais); concentração espacial e setorial da riqueza acompanhada da deterioração da distribuição pessoal da renda; concentração do processo decisório nas empresas em detrimento dos meios democráticos de tomada de decisões econômicas, bem como outros processos concentradores de poder, renda e capital, enfim, diante destes processos pode-se afirmar que os mecanismos de reprodução social que mantêm a estrutura e a dinâmica social, repondo os meios de produção, tendem a perpetuar a subordinação, não somente de um segmento de classe a outro, ou de uma classe à outra, mas da maioria da população mundial a um *sistema de poder* acachapante, na medida em que garantem a manutenção dos mecanismos de

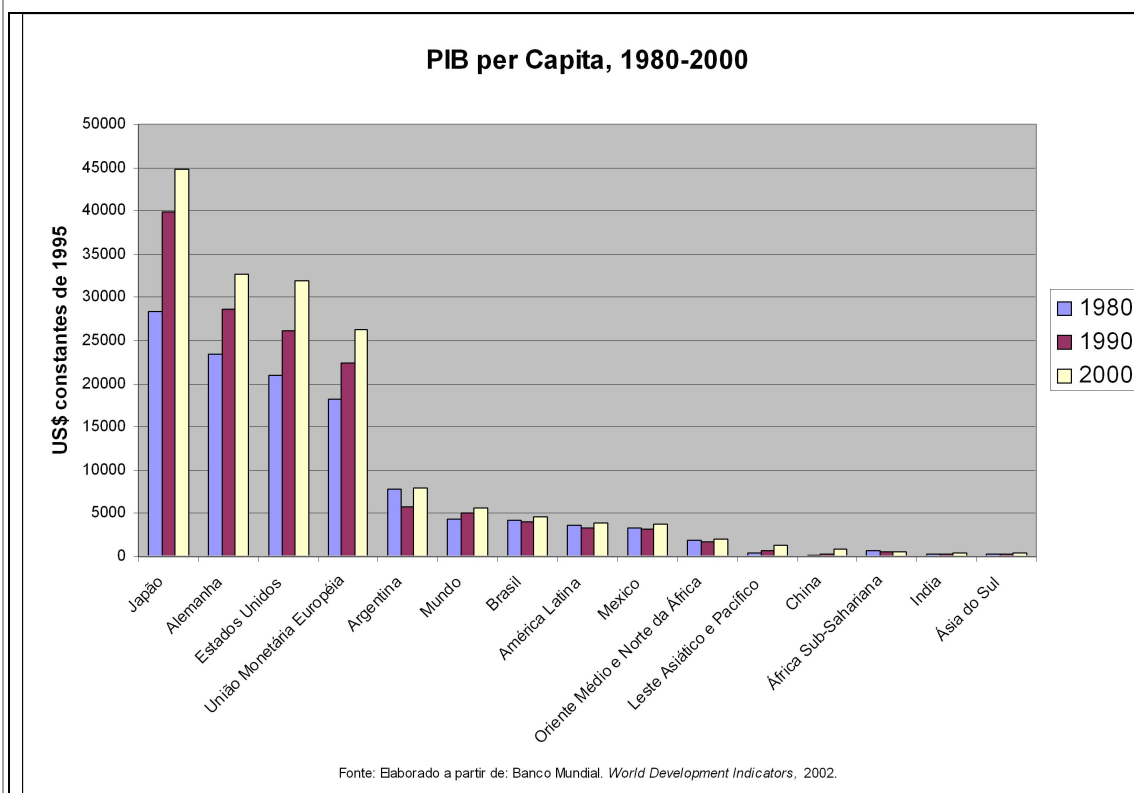
exclusão social de amplos grupos sociais, e até de países inteiros, diante de um sistema internacional de acumulação de capital financeiro incrustado na realidade social concreta.

Nesta realidade social concreta, a *economia mundial* (os mercados nacionais integrados aos fluxos comerciais e financeiros internacionais, sob o domínio das corporações transnacionais) e o *Sistema Internacional* (o conjunto dos Estados Nacionais e das organizações internacionais governamentais, sob a “liderança” dos EUA) formam, ambos, uma *estrutura de poder internacional* que não se submete, enquanto tal, à deliberação democrática direta da *sociedade global*, entendida como um sistema democrático de sociedades e povos do planeta. Ou seja, a *sociedade civil global* é ainda incipiente nos seus mecanismos institucionais democráticos de caráter internacional e não consegue competir com as *estruturas globais de poder econômico e financeiro* (Ianni, 1995). Neste contexto, os processos que constituem o capitalismo monopolista globalizado, comandados pela coalizão sócio-econômica que reúne a burguesia internacional e as classes aliadas locais, com todo o *establishment* internacional envolvido, e comandados pelo capital financeiro, têm como resultado impedir – até mesmo militarmente⁵ – que projetos alternativos a esta Ordem Econômica Internacional se estruturam nas sociedades periféricas.

Nesta nova configuração do Sistema Internacional, marcada pelo policentrismo econômico e pela hegemonia norte-americana, o eixo dos processos de disputa social e política gira em torno da distribuição de recursos no sistema econômico mundial (Furtado, 1987). O verdadeiro caráter da Nova Ordem Econômica Internacional é a extrema disparidade internacional (crescente) entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento (Sunkel, 1987), que é acompanhada pela também crescente desigualdade social tanto nos primeiros quanto nos últimos (Ocampo e Martin, 2003) e é acrescentada pelas transferências internacionais dos últimos em direção aos primeiros (Casanova, 1999). As disparidades internacionais relacionadas com a circulação de capital no sistema (estoque e fluxo de investimento externo direto) (Agosin e Tussie, 1993; Andreff, 2000), acompanhadas pela concentração e centralização do “capital-dinheiro” no sistema financeiro internacional e em conglomerados oligopolistas transnacionais (Clairmont, 1997 e 1999), principalmente nos setores que usam tecnologia ponta, são tendências que apontam para uma maior desigualdade na distribuição de riqueza e renda (Estenssoro, 2003; Tavares, 1993; Singer, 1997; Rao, 1998), da qual o melhor indicador são as desigualdades internacionais em termos de PIB *per capita*, como vemos no gráfico abaixo.

⁵ Passam de 20 os países do mundo que foram vítimas, somente no pós-guerra, de intervenções militares diretas dos EUA – clandestinas ou não: China (1945-1949); Grécia (1946-1949); Filipinas (1948-1953); Coreia (1950-1953); Iran (1953); Guatemala (1954); Líbano (1958); Cuba (1961); Vietnã (1964-1973); República Dominicana (1965); Golpes de Estado da Bolívia, Chile e El Salvador com apoio da CIA (1971-1973); Líbano (1982); Granada (1983); Panamá (1989); Libéria (1990); Iraque e Kuwait (1991); Somália (1992); Haiti (1994); Iraque (1998); Iugoslávia (1999); Afeganistão (2001); e, completando a lista agora, a invasão do Iraque em 2003. <http://www.prensa-latina.cu/>

GRÁFICO 2



Assim, entre as causas do crescimento acelerado da desigualdade de renda entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento está, certamente, o aprofundamento das disparidades internacionais, principalmente por causa de dois processos que acontecem de forma extremamente concentrada em nível mundial: a criação, desenvolvimento, difusão e proveito das inovações e da tecnologia avançada, e a multiplicação de ativos financeiros nas mãos de poucas pessoas e empresas, principalmente em poder dos grandes conglomerados oligopolistas transnacionais. A dependência e a marginalização da América Latina inserem-se cabalmente neste cenário de *hierarquização do mercado mundial*.

Este desenvolvimento das condições de acumulação do capital, permite ao “capital-dinheiro” autonomia suficiente para ditar suas próprias regras, além de propiciar-lhe o comando sobre amplos setores da economia, a começar pelos trabalhadores, inclusive aqueles que engrossam o exército industrial de reserva e estão presos ao pauperismo, como é o caso do lumpemproletariado. Para não ir além, basta dizer que aquela massa monetária no mercado financeiro pode comprar-lhes sua própria força de trabalho por muito tempo. Por estas razões, se nada for feito para combatê-las, a magnitude e a autonomia do “capital-dinheiro” serão a origem da mais absurda concentração de renda já ocorrida na história do planeta Terra.

Desta forma, a recomposição da Ordem Internacional após a queda do comunismo burocrático e a reestruturação da economia internacional segundo os imperativos da nova divisão internacional do trabalho, que, por sua vez, está em função da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, têm possibilitado o aumento da exploração direta da força de trabalho (criação de mais-valia), graças a três fatores

inerentes ao sistema: a) ampliação da capacidade produtiva (acumulação de capital); b) incremento da produtividade do trabalho (extração de mais-valia relativa); e c) aumento da superexploração do trabalho (extração de mais-valia absoluta, principalmente). Contudo, a realização da produção (realização da mais-valia) encontra dificuldades neste sistema capitalista mundial. A produção é maior que a demanda por razões estrutural, ou melhor dito, o sistema precisa, necessariamente, expandir-se (constantemente) para manter-se em equilíbrio.

Neste contexto, dois processos intrínsecos ao sistema econômico concorrem para colocar em risco iminente de crise este capitalismo internacional: a) a própria lógica do capitalismo, e b) o sistema financeiro globalizado. Em primeiro lugar, a lógica do capitalismo proporciona a criação da mais-valia na produção (oferta), mais-valia esta que não tem garantia de realização no mercado (demanda). Isto ocorre porque o capital ($C+V$) e a mais-valia (S) superam a demanda ($C+V$), pois nisto consiste a acumulação ampliada de capital ($C+V+S > C+V$), isto é, a oferta é maior que a demanda. A mais-valia (S) faz parte apenas do valor da produção (oferta), não entra no custo da produção (demanda). Daí a distinção, no processo capitalista de produção, entre a oferta e a demanda, isto é, respectivamente, entre a criação e a realização da mais-valia. Para completar o processo de acumulação capitalista, realizando a mais-valia, o sistema se expande constantemente para novos mercados. Este processo compreende desde a incorporação dos mercados do Terceiro Mundo ao sistema capitalista, passando pela inclusão de camadas não-capitalistas ao mercado de consumo, até a utilização de recursos públicos dos Estados Nacionais na demanda de produtos e serviços gerados pelo capital (Miglioli, 1982; Luxemburg, 1976).

Em segundo lugar, concorre para gerar risco ao sistema econômico um processo típico da Era da Globalização, viabilizado pelos desenvolvimentos tecnológicos da Era da Informação: a criação de um *sistema financeiro privado globalizado*, dinamizado pela micro-computação, pela telemática e pelas comunicações instantâneas, e multiplicado em volume pelos diversos instrumentos, mecanismos e produtos bancários internacionais. Como já frisamos, este sistema financeiro internacional ocasiona um processo incontrolável que põe em risco o equilíbrio do sistema: trata-se do aumento exponencial do capital financeiro, que circula 24 horas por dia, em 365 dias do ano, no planeta inteiro, a procura de maiores rendimentos.

Sintetizando, os problemas causados por este fenômeno podem ser resumidos a três:

1) O *aumento da inflação mundial* devido ao crescente volume de “capital-dinheiro” disponível, configurando uma explosão da liquidez internacional, devido ao “superinvestimento industrial de um capital que é emprestado e depositado muitas vezes”, nas palavras de Chesnais, que chega a falar em “capital fictício” para denominar este capital (Chesnais, 1996: 239-293).

2) O *risco sistêmico* decorrente da própria existência de uma massa monetária que circula velozmente e que se multiplica interminavelmente no sistema, risco este que já causou diversas crises financeiras internacionais, com grandes custos econômicos e sociais para os “países emergentes”;

3) O comprometimento que representa o *acúmulo de ativos internacionais*, concentrados em poucas pessoas, empresas e países, em termos de comando sobre o trabalho futuro da força de trabalho, isto é, a perda da capacidade dos trabalhadores em dispor do seu trabalho para proveito próprio.

Por estas três razões, este sistema financeiro globalizado é causa de transtornos em nível internacional que não podem ser subestimados, pois é uma das fontes da vulnerabilidade e fragilidade das economias nacionais, bem como das disparidades internacionais e sociais. Podemos afirmar que esta evolução dos fatos tem características de um processo de construção social do *poder plutocrático mundial* baseado em estruturas globais de poder tecnológico e financeiro. A extrema concentração da riqueza mundial em mãos de poucas pessoas, empresas e países revela que não é outro o resultado das atuais tendências da economia mundial. A polarização social em curso caracteriza-se pela existência de uma minoria que enriquece, concentrando absurdamente a riqueza (Merril Lynch e Gemini, 2000), e pela marginalização da maioria que se empobrece ou já está envolvida em situações de *pobreza estrutural* das nações do Terceiro Mundo, que, em alguns países, é também *crônica* (Estenssoro, 2003; Kanbur e Squire, 2001).

Para concluir, não poderíamos deixar de apontar o que parece ser o meio de enfrentar esta situação: o Estado. Como não acreditamos, como alguns, que o capitalismo, mesmo na sua fase globalizada, possa prescindir do Estado para disciplinar e regular a atividade econômica, entendemos que a sociedade não pode ceder sua organização pública estatal às pressões político-econômicas das corporações privadas, pois se trata da única instância democrática pública com força suficiente para contrapor-se ao capital. É por meio do Estado que pode ser possível redistribuir recursos e combater a desigualdade social em nossas sociedades, é por meio dele que a sociedade pode articular regras para o sistema financeiro globalizado, é por meio das políticas públicas e sociais que se pode combater a pobreza das massas. Se o Estado está colonizado por interesses privados ou externos, isto não significa que deixou de ser a arena na qual a população local pode se fazer ouvir e participar politicamente. Se o Estado serviu e serve como ponto de apoio ao poder social da burguesia, também não significa que deixou de ser o instrumento pelo qual se pode conquistar espaços de deliberação democrática e pública, inclusive na economia. O fortalecimento do Estado é uma necessidade para a superação do subdesenvolvimento, da concentração de renda, da exclusão social, da escassez de capitais, além de constituir-se em um importante instrumento para a regulação da economia, principalmente diante do desafio que representa para o mundo contemporâneo este sistema capitalista na sua fase de globalização financeira. Somente a sociedade civil organizada e seu instrumento, o Estado, podem frear a consolidação da dominação social classista das estruturas do *poder plutocrático mundial* baseado no capital-dinheiro.

Referências Bibliográficas:

AGOSIN, Manuel e TUSSIE, Diana. "Globalização, Regionalização e Novos Dilemas da Política Comercial para o Desenvolvimento". *RBCE*, nº 35, abr-jun 1993, pp. 47-62.

- ANDREFF, Wladimir. *Multinacionais Globais*. Bauru, SP, Edusc, 2000.
- BANCO MERRIL LYNCH/ GEMINI CONSULTING. *World Wealth Report*. Banco Merrill Lynch, 2000.
- BANCO MUNDIAL. <http://www.worldbank.org/data/>.
- BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2002.
- CASANOVA, Pablo González. “L’exploitation globale”. *Alternatives Sud*, vol. VI, nº 1, 1999, pp. 165-187.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina*. Santiago, CEPAL, 2004.
- CHESNAIS, François. “A Fisionomia das Crises no Regime de Acumulação sob Dominância Financeira”. *Novos Estudos CEBRAP*. Nº 52, nov de 1998.
- CHESNAIS, François.. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CLAIRMONT, Frédéric. “Ces deux cents sociétés qui contrôlent le monde”. *Le Monde Diplomatique*, abr 1997.
- CLAIRMONT, Frédéric. “Ces firmes géantes qui se jouent des Etats”. *Le Monde Diplomatique*, dez 1999.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Estudos: Capitalismo: “Globalização” e Crise*. São Paulo, Humanitas, 1998.
- ESTENSSORO, Luis. *Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina*. São Paulo, FFLCH – Universidade de São Paulo, 2003 (Tese de Doutorado).
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- FORTUNE, “Global 500”, <http://www.fortune.com>.
- FURTADO, Celso. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo, Paz e Terra, 1999;
- IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- KANBUR, Ravi e SQUIRE, Lyn. “The Evolution of Thinking about Poverty: Exploring the Interactions”. In: MEIER, Gerald e STIGLITZ, Joseph. *Frontiers of Development Economics*. Washington, BID - Banco Mundial, 2001, pp. 193.
- LACERDA, Antônio Corrêa. “Globalização e Política Econômica: os Desafios da Nova Dinâmica Capitalista”. In: DIEESE (org.). *Emprego e Desenvolvimento Tecnológico*. São Paulo, DIEESE-CESIT, 2002, pp. 209-225.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação de Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- MARX, Karl. “O Rendimento e suas Fontes: a Economia Vulgar”. In: MARX, Karl. *Marx*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, (Série “Os Economistas”).
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.
- OCAMPO, José Antonio e MARTIN, Juan. *Globalization and Development: a Latin American Perspective*. Santiago, CEPAL, 2003.
- PRENSA LATINA, <http://www.prensa-latina.cu/>
- RAMONET, Ignacio. “Régimes Globalitaires”. *Le Monde Diplomatique*, jan 1997.
- RAO, J. Mohan. *Development in the Time of Globalization*. Social Development and Poverty Elimination Division (SEPED-PNUD), Working Paper, fev. 1998.
- SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. *Pobrezas e Desigualdades no Terceiro Mundo*. São Paulo, Nobel, 1997.
- SALAMA, Pierre. *Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- SINGER, Paul. “Globalização Positiva e Globalização Negativa: a Diferença é o Estado”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 48, julho 1997, pp. 39-65.
- SOARES, Laura Tavares. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998, pp. 29-33.
- SUNKEL, Osvaldo. “Las Relaciones, Centro-Periferia y la Transnacionalización”. *Pensamiento*

Iberoamericano, Madrid, nº 11, jan-jun 1987, pp. 31-57.

TAVARES, Maria da Conceição. “Tendências de Globalização, Crise do Estado Nacional e seus impactos sobre o Brasil”. Rio de Janeiro, nov. 1993, Mimeo.

THE ECONOMIST, *Survey: China*. The Economist, Londres, 23 Mar 2006

THE ECONOMIST. *Survey: World Economy*. The Economist, Londres, 14 Set 2006

Luis Estensoro

Administrador Público pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mestre em Integração da América Latina (PROLAM-USP) e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).